

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): TÂNIA CAROLINE RUAS SILVA

Cultura, Patrimônio e Identidades: práticas festivas no município de Coração de Jesus/MG

Introdução

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as práticas festivas no município de Coração de Jesus, norte de Minas Gerais, sobretudo, as festas “tradicionalistas” do povoado de São Luiz de Minas e do distrito de Alvação. O estudo dessas festividades surgiu da necessidade de identificar, valorizar, preservar - o que não significa torná-las estáticas - e divulgar essas práticas que compõem o patrimônio cultural dessas comunidades.

Material e métodos

Esse trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto e na História Oral (utilização de entrevistas). Nas palavras de Verena Alberti (2008, p. 155-156) a História Oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fita”, e o trabalho com esse tipo de metodologia, “se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia”, sendo considerada “uma metodologia interdisciplinar, por excelência”.

Resultados e discussão

A religiosidade é um aspecto que marca, desde a colonização, a história e a vida dos povos no Brasil. E as “festas religiosas emergiram dos estudos de história cultural como um local privilegiado para se pensar o exercício da religiosidade popular e sua relação dinâmica, criativa e política com os diferentes segmentos da sociedade” (ABREU, 1999, p. 37).

Observou-se que por um longo período essas festividades foram ignoradas por historiadores e por vezes associadas ao termo “folclore”. Este foi tratado por determinado tempo de forma negativa, por consequência, tudo que se ligava a ele era considerado “inferior”. Contrariando essa lógica, as manifestações culturais, sobretudo as festas religiosas ou “festas tradicionalistas”, são entendidas neste trabalho como práticas culturais extremamente importantes para se compreender as sociedades atuais, sua relação com o espaço e o tempo em que se inserem, a forma como elas interagem entre si e os significados que estas manifestações adquirem.

O tema “festas” pode ser considerado como recente, mas a importância destas práticas culturais festivas é bem mais antiga. As festas já marcavam e caracterizavam a vida de povos desde a Antiguidade, por exemplo, quando eram realizadas em dedicação aos diversos deuses, seja como pedido ou como forma de agradecimento.

Burke (1989) afirma que “na cultura popular europeia tradicional, o tipo de cenário mais importante era a festa”:

Festas de família, como casamentos; festas de comunidade, como a festa do santo padroeiro de uma cidade ou paróquia; festas anuais comuns a muitos europeus, como a Páscoa, o Primeiro de Maio, o solstício de verão, os doze dias de Natal, o ano novo e o dia de Reis, e por fim o Carnaval. Eram ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, bebiam, e consumiam tudo o que tinham. (BURKE, 1989.p. 202).

Dessa forma, se a festa é parte integrante da vida de diversos povos, em diferentes tempos e espaços, por que não estudar as práticas festivas, as “festas tradicionalistas”, do norte de Minas?

Pensando nisso, a proposta deste trabalho é justamente analisar as festas religiosas, ou festas “tradicionalistas” no município mineiro de Coração de Jesus, como a festa de Nossa Senhora da Conceição/Bom Jesus, realizada no mês de agosto e a festa de São Sebastião, realizada em fevereiro, ambas no Distrito de Alvação; e também a Festa de São Luís Gonzaga/Nossa Senhora Aparecida, realizada no mês de julho em São Luiz de Minas (povoado pertencente ao Distrito de Alvação).

O desafio é entender por quê? Para quê? Para quem se fazem essas festas? Resistir ou aderir à modernidade para que essas manifestações culturais vivam? Como conscientizar as comunidades da importância desses bens culturais? Por fim, qual a relevância dessas manifestações para a História?

Defende-se que preservando as práticas culturais das comunidades citadas, sobretudo as festas religiosas ou “festas tradicionalistas”, preserva-se o patrimônio cultural imaterial dessas comunidades e aquilo que confere identidade às

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO · PESQUISA
EXTENSÃO · GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

mesmas, dessa maneira, ajudaria os sujeitos envolvidos a se posicionarem frente à modernidade e a globalização. Além disso, contribuiria para a construção de uma História mais dinâmica e menos excludente, com a inserção de sujeitos e temas anteriormente esquecidos, negligenciados.

Entende-se que “no bojo das transformações do mundo moderno, as tradições, costumes, enfim, culturas seculares estão sendo esmagadas, desaparecendo como que levadas por uma onda gigantesca, fazendo parecer um imenso vazio” e levando-nos a questionar: “onde estão as danças típicas regionais, os antigos ritos e cerimônias de algumas comunidades, a vivência religiosa das cidades pequenas e as tradições de tantos povos?” (COUCEIRO, 2002, p. 13).

Segundo Hall (2006, p.7) isso estaria relacionado ao processo denominado “crise de identidade”, que consistiria no declínio das velhas identidades, que estabilizavam o mundo social, fazendo emergir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, antes considerado como sujeito unificado.

Faz-se necessário salientar que para entender melhor as festas, suas dinâmicas e sentidos diversos, alguns conceitos são indispensáveis, entre eles: cultura, cultura popular, patrimônio cultural e identidade. E mais, este trabalho parte do princípio de que assim como as festas, os conceitos aqui utilizados não são estáticos, eles variaram ao longo do tempo e de acordo com os contextos sociopolíticos que se inseriram, tendo significados e objetivos diversos.

Sob a perspectiva antropológica, o conceito de cultura ampliou seu significado e passou a ser “todo comportamento social que se utiliza de símbolos para construir, criar ou transmitir” (MARTINS, 2006, p. 44), isto é, ele não se refere apenas à cultura denominada erudita. No entanto, para Burke (2000, p. 267) ainda é preciso evitar “duas simplificações opostas: a visão de cultura homogênea, cega às diferenças e conflitos, e à visão de cultura essencialmente fragmentada, o que deixa de levar em conta os meios pelos quais criamos nossas misturas, sincretismos e sínteses individuais ou de grupo”. Para este, a história tem de conter em si mesma várias línguas e pontos de vista, incluindo as dos vitoriosos e vencidos, homens e mulheres, os de dentro e os de fora, de contemporâneos e historiadores”.

Sobre cultura popular, Abreu (1999, p.27-28) pensa ser este um dos conceitos mais controvertidos, ou ainda “espinhosos”. Para ela, o conceito de cultura popular “foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas” (2009, p.83). Logo:

Cabe ao historiador evidenciar o envolvimento dessas manifestações com as lutas sociais mais amplas e com a dinâmica entre o sentido por vezes comunitário das festas e as diferentes versões, significados apropriações dos seus variados participantes, seus modos e tempos. Os modelos simplistas entre cultura popular e erudita, ou entre cultura dos dominados e dominantes devem ser revistos (ABREU, 1999, p.29).

Sobre a construção de outro conceito, o chamado “patrimônio cultural”, é possível afirmar que inicialmente ele se limitava a preservar os monumentos suntuosos que representavam as “elites”, retratando apenas “grandes homens e grandes feitos”. Felizmente com o artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de cinco de junho de 1988, e com o Decreto n.º 3551, de quatro de agosto de 2000 (instituiu-se o registro de Bens de Natureza Imaterial) essa noção ampliou-se, passando a dar atenção e a registrar não só objetos, obras, documentos, produções científicas e artísticas, mas também as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver de diferentes grupos da sociedade. Bens de natureza imaterial, como as festas, constituem de fato o patrimônio cultural de comunidades como as citadas neste trabalho e por isso merecem ser estudados e preservados (o que não os torna estáticos, imutáveis).

Certamente a valorização do patrimônio cultural, em especial ao imaterial, é fruto da discussão e da ampliação de conceitos como cultura e patrimônio, elementos que definem a identidade de um povo. Identidade esta, vista como o patrimônio de símbolos e significados que condensa a evocação à memória e um projeto de futuro, envolvendo discursos capazes de legitimar pertencimento (OLIVEIRA, 2008, p. 189).

Em relação às chamadas “tradições”, E. P. Thompson (1998, p.18) afirma: elas “se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares.” Daí a necessidade de se trabalhar com as fontes orais, e esclarecer que sejam orais ou escritas, todos os tipos de fontes carregam certa parcela de subjetividade.

Assim, “as festas pertencem à história e às lutas dos homens e mulheres de seu próprio tempo”, diante disso “discutir os vários sentidos e possibilidades das festas, no passado e no presente” e “procurar identificar os sujeitos sociais que costumam estabelecer e divulgar certos significados das festas, recuperando muitas vezes, os conflitos que se constroem em torno dessas definições” é uma maneira promissora se trabalhar com as festas. O importante, então, “diferentemente da perspectiva do folclorista, não seria buscar o que não muda; mas por que muda, como muda e interage com a comunidade” (ABREU, 2009, p. 93-100).

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Considerações finais

Neste trabalho, cujas conclusões são parciais, observou-se que as festas são espaços mais que propícios para se estudar as manifestações de fé, lazer, sociabilidade e até mesmo as tensões de seus agentes sociais. Tomá-las como objeto de estudo é, pois, uma maneira de entender seus múltiplos significados, preservar o patrimônio cultural das comunidades e discutir suas identidades; é abrir espaço e possibilidades para sujeitos e temas que foram ignorados ao longo do tempo, mas que hoje nos mostram o quanto podem contribuir para os estudos em História.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. Cultura Popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- ABREU, Martha. **O Império do Divino: Festas religiosas e Cultura popular no Rio de Janeiro**. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALBERTI, Verena. **Fontes Oraís: Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BURKE, Peter A **cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. **Variedades da História Cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- COUCEIRO, Sylvia. Os desafios da História Cultural. In: BURITY, Joanildo A. (Org.) **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar paisagístico. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Rocca, 2006.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.